



Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de cargo de
Procurador do Estado Substituto

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Dentre as características da perspectiva objetiva dos direitos fundamentais, compreende-se:
- (A) o conjunto de metas traçadas com fins diretivos de ações positivas dos poderes públicos, com o fim de outorgar-lhes eficácia dirigente.
 - (B) a representação dos interesses individuais sob a ótica negativa perante o Poder Público.
 - (C) ter sempre a natureza princípio, nunca de regra.
 - (D) impossibilitar a agregação do ponto de vista axiológico da comunidade em sua interpretação.
 - (E) não há dimensão objetiva na esfera dos direitos fundamentais, os quais têm como característica defender de forma singular o espaço de liberdade individual.
2. Com relação ao processo legislativo, é correto afirmar:
- (A) O Presidente da República pode pedir a retirada da medida provisória remetida ao Congresso Nacional a qualquer momento, mesmo após a sua publicação no Diário Oficial.
 - (B) Tanto a medida provisória, quanto a lei delegada, atos normativos de competência primária do Presidente da República, têm validade temporária e limitada à sessenta dias, prorrogáveis por igual prazo, a contar de sua edição.
 - (C) Os Estados e os Municípios não podem editar medida provisória, ato excepcional previsto pela Constituição Federal com validade no âmbito da União.
 - (D) O Estado pode editar medida provisória em caso de relevância e urgência, desde que a Constituição Estadual preveja expressamente a possibilidade.
 - (E) A conversão de medida provisória em lei faz com que sejam sanadas automaticamente eventuais questões sobre vícios de inconstitucionalidade dos fundamentos de relevância e urgência alegados judicialmente.
3. Compete ao Conselho da República
- (A) opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
 - (B) pronunciar-se sobre estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal.
 - (C) controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
 - (D) opinar sobre a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
 - (E) estudar iniciativas para garantir a independência nacional e defesa do Estado democrático.
4. Dentre os bens pertencentes ao Estado, incluem-se
- (A) as cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos e pré-históricos.
 - (B) as ilhas fluviais e lacustres em seu território.
 - (C) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, da forma da lei, as decorrentes de obras da União.
 - (D) os potenciais de energia elétrica.
 - (E) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva de seu território.
5. Quanto à responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de fenômenos da natureza é correto afirmar:
- (A) Gera o direito à indenização por danos morais, exclusivamente.
 - (B) A pessoa prejudicada tem direito à indenização com base na responsabilidade objetiva do Estado e do risco administrativo.
 - (C) Incide no campo da responsabilidade extracontratual do Estado e gera direito à indenização.
 - (D) A Administração Pública só poderá ser responsabilizada se ficar comprovada sua omissão ou atuação deficiente.
 - (E) Não há de se falar em direito à indenização nesta hipótese.
6. É uma das características da ação direta de inconstitucionalidade no controle abstrato das normas na Constituição Federal brasileira:
- (A) Não admitir o efeito repristinatório. A declaração de nulidade total de uma norma sempre cria um vácuo legislativo que só pode ser sanado pelo Poder Legislativo competente.
 - (B) Permitir a intervenção de terceiros e do *amicus curie*.
 - (C) Resultar em uma decisão judicial final com efeito *ex tunc* sempre, não se admitindo a modulação de efeitos pelo Poder Judiciário.
 - (D) Não admitir a declaração parcial de nulidade da norma sem a redução do texto original.
 - (E) A ativação do efeito repristinatório quando houver o silêncio na medida cautelar que suspende determinada lei, de modo que, a legislação anterior, se existente, torne-se novamente aplicável.
7. No recente julgamento do Supremo Tribunal Federal, conhecido como caso "ficha limpa", a questão central da discussão baseou-se na interpretação do princípio da anualidade, o qual significa que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor
- (A) na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que se realize até um ano da data de sua vigência.
 - (B) um ano após a sua publicação e só se aplica à eleição realizada após a sua vigência.
 - (C) na data de sua publicação, com aplicação imediata.
 - (D) na data estipulada pelo Congresso Nacional, não será aplicada à eleição que se realize até um ano da data de sua vigência.
 - (E) na data estipulada pelo Superior Tribunal Eleitoral, não se aplicando à eleição que se realize até um ano da data de sua vigência.
8. Quanto à seguridade social é correto afirmar:
- (A) É um conjunto integrado de ações que visa agregar os sistemas de saúde, previdência e assistência social através do sistema único de saúde.
 - (B) O regime geral da previdência social tem caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, abrangendo os que participam de regime próprio de previdência.
 - (C) O sistema de saúde deve definir diretrizes com a participação da comunidade.
 - (D) O sistema de saúde deve ser organizado de forma centralizada, com direção única, e regionalizada, de modo a permitir que gestores locais admitam agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público.
 - (E) Assistência social é responsável pela cobertura do risco de acidente do trabalho.



<p>9. A Emenda Constitucional nº 45 institucionalizou o Conselho Nacional de Justiça no âmbito federal. Determinado Estado-membro decide criar órgão semelhante na esfera estadual, por iniciativa do Poder Legislativo local. Quanto à legalidade da medida é correto afirmar:</p> <p>(A) O Estado sempre pôde criar órgão de controle administrativo com membros externos ao Poder Judiciário Estadual com base na autonomia garantida aos membros da federação e no princípio da separação dos Poderes.</p> <p>(B) O Estado não pode criar órgão administrativo de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem outros Poderes ou entidades, por ser inconstitucional diante do princípio da separação dos Poderes e do caráter orgânico unitário da magistratura.</p> <p>(C) Após a edição da Emenda Constitucional nº 45, conhecida como Emenda da Reforma do Poder Judiciário, passou a ser possível a criação de órgão semelhante ao Conselho Nacional de Justiça, no âmbito de seu território.</p> <p>(D) O ato só será válido após a criação do órgão estadual que deve ser feita por ato do próprio Conselho Nacional de Justiça e ratificada pelo Poder Judiciário local.</p> <p>(E) O Estado poderá criar o órgão por ato exclusivo do Poder Judiciário local.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil e Deontologia Jurídica</p> <p>11. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:</p> <p>(A) ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.</p> <p>(B) militares de qualquer natureza, ainda que na reserva.</p> <p>(C) ocupantes de cargos ou funções em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público.</p> <p>(D) vereança.</p> <p>(E) ocupantes de cargos ou funções no Poder Executivo e no Poder Legislativo.</p>
<p>10. Diante da inadimplência da maioria das unidades federadas, a Constituição Federal de 1988 acrescentou o artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias que previu o pagamento do débito em até oito anos para os precatórios de natureza não alimentar, pendentes de pagamento na data de sua promulgação. A crise econômica do País, na Década de 80, levou ao aumento da dívida e à promulgação das Emendas Constitucionais nº 29/98 e nº 62/2009 para tentar equalizar a questão. Neste contexto, pode-se asseverar quanto aos precatórios:</p> <p>(A) A Constituição Federal autoriza o parcelamento de todos os tipos de precatório, alimentar e não alimentar, por período a ser fixado livremente por cada ente estatal de acordo com sua capacidade financeira (Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais).</p> <p>(B) No momento da expedição dos precatórios não é permitida a compensação de valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não, em dívida ativa e constitutivos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.</p> <p>(C) A preferência de pagamento dos débitos de natureza alimentar segue a ordem de idosos, pessoas com mais de 60 (sessenta) anos na época do trânsito em julgado da ação principal e credores acometidos de doenças graves, nos termos fixados na legislação pertinente ao imposto de renda.</p> <p>(D) Contas especiais são administradas pelo Tribunal de Justiça Estadual para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais em geral, inclusive Tribunais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e demais Tribunais Estaduais.</p> <p>(E) Foram canceladas automaticamente todas as cessões de crédito efetuadas antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62/2009, não sendo mais admitida a negociação dos créditos.</p>	<p>12. Constitui infração disciplinar:</p> <p>(A) prejudicar, ainda que por culpa leve, interesse confiado ao seu patrocínio.</p> <p>(B) violar, em qualquer caso, o sigilo profissional.</p> <p>(C) recusar-se, em qualquer caso, a prestar assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública.</p> <p>(D) estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente ou ciência do advogado contrário.</p> <p>(E) perder prazo para interposição de recursos.</p>
<p>(A) A Constituição Federal autoriza o parcelamento de todos os tipos de precatório, alimentar e não alimentar, por período a ser fixado livremente por cada ente estatal de acordo com sua capacidade financeira (Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais).</p> <p>(B) No momento da expedição dos precatórios não é permitida a compensação de valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não, em dívida ativa e constitutivos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.</p> <p>(C) A preferência de pagamento dos débitos de natureza alimentar segue a ordem de idosos, pessoas com mais de 60 (sessenta) anos na época do trânsito em julgado da ação principal e credores acometidos de doenças graves, nos termos fixados na legislação pertinente ao imposto de renda.</p> <p>(D) Contas especiais são administradas pelo Tribunal de Justiça Estadual para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais em geral, inclusive Tribunais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e demais Tribunais Estaduais.</p> <p>(E) Foram canceladas automaticamente todas as cessões de crédito efetuadas antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62/2009, não sendo mais admitida a negociação dos créditos.</p>	<p>13. Estão impedidos de estabelecer união estável:</p> <p>(A) o companheiro sobrevivente com o condenado por homicídio culposo contra o seu consorte.</p> <p>(B) os afins em linha reta.</p> <p>(C) os colaterais até quarto grau, inclusive.</p> <p>(D) os viúvos ou viúvas que tiverem filho de cônjuge falecido enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.</p> <p>(E) pessoas divorciadas.</p>
<p>(A) A Constituição Federal autoriza o parcelamento de todos os tipos de precatório, alimentar e não alimentar, por período a ser fixado livremente por cada ente estatal de acordo com sua capacidade financeira (Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais).</p> <p>(B) No momento da expedição dos precatórios não é permitida a compensação de valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não, em dívida ativa e constitutivos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.</p> <p>(C) A preferência de pagamento dos débitos de natureza alimentar segue a ordem de idosos, pessoas com mais de 60 (sessenta) anos na época do trânsito em julgado da ação principal e credores acometidos de doenças graves, nos termos fixados na legislação pertinente ao imposto de renda.</p> <p>(D) Contas especiais são administradas pelo Tribunal de Justiça Estadual para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais em geral, inclusive Tribunais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e demais Tribunais Estaduais.</p> <p>(E) Foram canceladas automaticamente todas as cessões de crédito efetuadas antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62/2009, não sendo mais admitida a negociação dos créditos.</p>	<p>14. Os direitos patrimoniais do autor caducam decorridos setenta anos contados de 1º de janeiro do ano</p> <p>(A) subsequente ao da publicação da obra.</p> <p>(B) de seu falecimento.</p> <p>(C) subsequente ao de seu falecimento.</p> <p>(D) da publicação da obra.</p> <p>(E) antecedente ao de seu falecimento.</p> <p>15. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência</p> <p>(A) quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.</p> <p>(B) da pessoa desaparecida há mais de um ano e que não tenha deixado mandatário para representá-la nos atos da vida civil.</p> <p>(C) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até o término da guerra.</p> <p>(D) se a pessoa não residir no Brasil e for apresentado atestado de óbito firmado por oficial de nação estrangeira, ainda que não traduzido.</p> <p>(E) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.</p>



16. O recente terremoto ocorrido no Japão em 11 de março de 2011, sob o ponto de vista da teoria geral do direito, pode ser classificado como
- (A) ato jurídico em sentido estrito.
 - (B) ato jurídico em sentido amplo.
 - (C) negócio jurídico.
 - (D) fato jurídico em sentido estrito.
 - (E) fato ilícito em sentido estrito.

17. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso com o emprego da
- (A) analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito.
 - (B) equidade em quaisquer casos, dos costumes e dos princípios gerais do direito.
 - (C) analogia, da equidade e dos costumes, apenas.
 - (D) interpretação, dos costumes, da equidade e dos princípios gerais do direito.
 - (E) interpretação, da analogia e dos princípios gerais do direito.

18. A decadência consiste na perda
- (A) do direito de regresso em face de outro devedor solidário em razão de seu não exercício após um mês da condenação.
 - (B) do direito de se cobrar o cumprimento de uma obrigação vincenda em razão do não exercício dessa faculdade em determinado prazo.
 - (C) do direito de ver o devedor processado judicialmente por uma dívida ainda não vencida em razão do decurso do tempo.
 - (D) da pretensão de ver a dívida paga em hipóteses expressamente previstas em lei em razão do decurso do tempo, o que autoriza a repetição do indébito caso o pagamento tenha ocorrido após o seu advento.
 - (E) do direito em razão do decurso do tempo em hipóteses expressamente previstas em lei, o que autoriza a repetição do indébito caso o pagamento tenha ocorrido após o seu advento.

19. A eficácia do registro da pessoa jurídica é
- (A) declaratória.
 - (B) constitutiva.
 - (C) resolutiva.
 - (D) suspensiva.
 - (E) devolutiva.

20. A prisão civil do inadimplente em se tratando de alienação fiduciária em garantia
- (A) nunca foi admitida pelo Supremo Tribunal Federal, porquanto sempre se reconheceu a inconstitucionalidade superveniente do Decreto-Lei nº 911/69.
 - (B) é possível, haja vista que a Constituição Federal de forma expressa equipara o alienante fiduciário à figura do depositário infiel, conforme sedimentado pela Súmula Vinculante nº 25.
 - (C) não é mais admissível em razão de entendimento sumulado de forma vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) é admitida pelo Supremo Tribunal Federal, haja vista que o Decreto-Lei nº 911/69 não pode ser oposto ao texto expresso da Constituição Federal que admite a responsabilidade corporal do depositário infiel.
 - (E) é possível, haja vista a recepção do disposto no Decreto-Lei nº 911/69, o qual equipara o devedor à figura do depositário infiel, conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.

Direito Processual Civil

21. Considere uma ação de indenização que tramita perante a Justiça Estadual de Rondônia. Da decisão monocrática do Relator que dá provimento ao recurso de apelação interposto contra sentença que está em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal caberá
- (A) reclamação ao Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (B) agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para julgamento do recurso.
 - (C) agravo, no prazo de dez dias, ao órgão competente para julgamento do recurso.
 - (D) agravo, no prazo de dez dias, ao Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (E) agravo, no prazo de cinco dias, ao Presidente do Tribunal de Justiça.
22. No que se refere à edição, revisão e cancelamento de enunciado de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
 - (B) para a aprovação de súmula vinculante, é necessária, em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, decisão da maioria absoluta de seus membros.
 - (C) a manifestação prévia do Procurador-Geral da República à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não será exigida nas propostas que ele não houver formulado.
 - (D) a súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.
 - (E) no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão recorrível através de agravo ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
23. Sobre o pedido, no procedimento comum ordinário, conforme estabelece o Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Se o devedor, pela natureza da obrigação, puder cumprir a prestação de mais de um modo, quando, pela lei ou contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.
 - (B) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido apenas se houver declaração expressa do autor.
 - (C) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será admitida, em qualquer hipótese, a cumulação.
 - (D) Enquanto não decorrido o prazo para contestação, após regular citação, o autor poderá, sem o consentimento do réu, aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
 - (E) Só é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos se houver conexão entre eles.



24. No que se refere à assistência, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) Sendo revel o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.
- (B) A assistência simples obsta a que a parte principal transija sobre direitos controvertidos.
- (C) Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em regra, discutir a justiça da decisão em processo posterior.
- (D) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- (E) A impugnação das partes quanto ao pedido do terceiro para sua admissão como assistente deverá ocorrer no prazo de cinco dias.
-
25. Sobre a competência, de acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:
- I. A competência em razão da hierarquia é interrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor, da matéria e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.
- II. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente.
- III. Não arguindo a parte a incompetência absoluta na contestação ou na primeira oportunidade que lhe couber falar nos autos, responde integralmente pelas custas processuais.
- IV. Correndo em separado ações conexas perante juízos que tem a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele perante o qual a primeira demanda foi distribuída.
- Está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.
-
26. NÃO admitido o recurso especial ou o extraordinário, caberá agravo
- (A) nos próprios autos, no prazo de cinco dias, e se os dois recursos não forem admitidos, o agravante terá a faculdade de interpor apenas um agravo para ambos.
- (B) de instrumento, no prazo de dez dias, instruído com as peças obrigatórias indicadas por lei.
- (C) nos próprios autos, no prazo de dez dias, e se os dois recursos não forem admitidos, o agravante terá a faculdade de interpor apenas um agravo para ambos.
- (D) de instrumento, no prazo de cinco dias para o Superior Tribunal de Justiça e no prazo de dez dias para o Supremo Tribunal Federal, conforme o caso, instruído com as peças obrigatórias indicadas por lei.
- (E) nos próprios autos, no prazo de dez dias, e o agravante deverá interpor um agravo para cada recurso não admitido.
-
27. NÃO haverá resolução de mérito, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil, quando
- (A) a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- (B) as partes transigirem.
- (C) o juiz pronunciar a decadência.
- (D) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- (E) o réu reconhecer a procedência do pedido.
-
28. No que se refere à disciplina da Ação Popular é correto afirmar que é considerado nulo o ato lesivo ao patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, e das outras entidades previstas na Lei nº 4.717/85, por motivo de ilegalidade do objeto, quando
- (A) o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- (B) o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- (C) há observância incompleta de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- (D) o resultado do ato importa em violação de lei, regulamentação ou outro ato normativo.
- (E) a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
-
29. No procedimento estabelecido para a ação direta de inconstitucionalidade
- (A) cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.
- (B) a desistência é admitida, ainda que após a propositura da ação direta.
- (C) é admissível a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) decorrido o prazo das informações serão ouvidos, sucessivamente, o Procurador-Geral da República e o Advogado Geral da União, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de quinze dias.
- (E) a petição inicial, ainda que manifestamente improcedente, não poderá ser liminarmente indeferida pelo relator.
-
30. Como preconizado pelo Código de Processo Civil, se o autor requerer na peça inicial a citação pelo correio ela poderá ser normalmente realizada
- (A) nas ações de estado.
- (B) quando for ré a Fazenda Pública do Estado de Rondônia.
- (C) quando for ré empresa pública.
- (D) nos processos de execução.
- (E) quando for ré pessoa incapaz.

**Direito Administrativo**

31. Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Serviços Sociais Autônomos são espécies do gênero denominado *entidades de colaboração com a Administração Pública*. É característica comum dessas três espécies, conforme legislação federal,
- (A) estarem sujeitas ao controle dos Tribunais de Contas, embora tenham personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) serem beneficiárias de prerrogativas processuais semelhantes às das entidades de direito público, quando houver questionamento dos atos praticados no exercício de atividades consideradas de interesse público.
 - (C) contarem obrigatoriamente com a participação de representantes do Poder Público em seus órgãos internos de deliberação superior.
 - (D) serem beneficiárias de contribuições parafiscais, estabelecidas para custeio de suas atividades de interesse público.
 - (E) celebrarem obrigatoriamente contrato de gestão, com a Administração Pública, para desempenho de suas atividades.

32. O Governo do Estado de Rondônia pretende construir um sistema de transmissão de dados por rádio, de maneira a garantir o acesso à *Internet* de todas as escolas públicas estaduais. Para tanto, pretende celebrar contrato com particular, que se disponha a realizar as obras civis necessárias, o fornecimento dos equipamentos e se responsabilize pela manutenção física e lógica da rede, com suporte aos usuários, durante o prazo de dez anos, a partir de seu funcionamento. O investimento inicial deve ser suportado por esse particular, cuja remuneração ocorrerá apenas a partir da disponibilização dos serviços de transmissão de dados. Estima-se que o valor do contrato será de R\$ 50 milhões. Diante dessas características, é correto afirmar que o Estado pretende, neste caso, celebrar contrato de
- (A) concessão de serviços públicos comum, precedido da execução de obra pública.
 - (B) parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada.
 - (C) parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa.
 - (D) gestão, com organização social.
 - (E) fornecimento de equipamentos, com cláusula de assistência técnica estendida.

33. Um sitiante instalou-se com sua família em uma área rural que considerava abandonada e ali residiu durante 10 (dez) anos, cultivando a referida terra. Decidiu entrar com ação de usucapião e, durante o processo, foi constatado que se tratava de terras indígenas. Diante disso, é correto afirmar que
- (A) as terras indígenas são de propriedade privada dos índios, e portanto o sitiante fará jus ao reconhecimento da usucapião.
 - (B) as terras indígenas são bens públicos da União, e portanto, não podem ser usucapidas e, por força de mandamento da Constituição, são inalienáveis e indisponíveis.
 - (C) as terras indígenas são bens públicos dominicais, podendo ser alienadas; logo, estão sujeitas também a usucapião.
 - (D) as terras indígenas são consideradas *res nullius*, portanto, qualquer um pode delas se apossar, sem necessidade de promover ação de usucapião.
 - (E) embora sejam bens públicos, e portanto não sujeitos a usucapião, as referidas terras podem ser objeto de concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos da Medida Provisória nº 2.220/2001.

34. NÃO é hipótese legal de dispensa de licitação:

- (A) A alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.
- (B) A contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- (C) A contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- (D) A contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (E) O credenciamento de número indeterminado de profissionais de saúde para atendimento de saúde complementar aos servidores públicos, garantindo-se a publicidade do procedimento, a objetividade dos requisitos, a regulamentação da prestação dos serviços e a fixação criteriosa da tabela de remuneração dos serviços prestados.

35. A Lei de Licitações e Contratos – Lei Federal nº 8.666/93 – exige que seja feita audiência pública com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital quando

- (A) se tratar de obra ou prestação de serviço decorrente de contrato de programa celebrado com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada, em virtude de contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- (B) o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o valor referente à dispensa de licitação, em contratação de obras ou serviços de engenharia.
- (C) a obra ou a prestação de serviços forem realizados no envoltório de 100 (cem) quilômetros do perímetro de unidade de conservação de proteção integral.
- (D) o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o valor estipulado como limite para a adoção da modalidade concorrência, em contratação de obras e serviços de engenharia.
- (E) se tratar da alienação ou concessão de direito real de uso de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal superiores ao limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500 ha (mil e quinhentos hectares).



36. Um cidadão, interessado em realizar uma construção em terreno de sua propriedade, protocolizou o pedido de licença para construir e aguardou, durante seis meses, a apreensão do pedido pela Administração Municipal, sem obter resposta. Diante dessa situação, é correto concluir que
- (A) se trata de hipótese de “silêncio eloquente”, na qual o titular do direito subjetivo se vê legitimado a exercê-lo, até que haja contraposição expressa pela autoridade administrativa.
- (B) ocorreu a prática de ato administrativo tácito, de conteúdo negativo. Portanto, o particular deverá conformar-se com o indeferimento de seu pedido, haja vista que se trata de decisão discricionária da Administração.
- (C) houve a prática de ato administrativo indireto, sendo que na hipótese de direitos subjetivos de natureza potestativa, como o direito de construir, a Administração somente poderá impedir seu exercício mediante o sacrifício do direito, com a consequente indenização ao titular.
- (D) não se trata de ato administrativo, pois não ocorreu a manifestação de vontade imputável à Administração; todavia, a omissão configura um ilícito administrativo, que pode ser corrigido pela via judicial, em que a decisão judicial obrigará a autoridade administrativa à prática do ato ou suprirá os efeitos da omissão administrativa.
- (E) se trata de comportamento omissivo e antijurídico da Administração; nesse caso, por se tratar de ato administrativo de competência discricionária da autoridade do Poder Executivo, o Judiciário não poderá suprir os efeitos da omissão da autoridade pública nem compeli-la a praticar o ato, resolvendo-se a questão pela via indenizatória.
-
37. Desgovernado, o ônibus de uma concessionária de transporte intermunicipal de passageiros, acabou por atropelar um pedestre, sendo que ambos – ônibus e pedestre – trafegavam por estrada federal. Nessa situação, constata-se a responsabilidade
- (A) subjetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.
- (B) objetiva direta do Estado-concedente, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.
- (C) objetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de três anos a partir do evento danoso.
- (D) objetiva subsidiária da União, titular da estrada federal em que ocorreu o acidente, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de três anos a partir do evento danoso.
- (E) objetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.
-
38. É um traço comum de todas as entidades da Administração Indireta:
- (A) serem processadas em juízo privativo do ente político ao qual estão vinculadas.
- (B) a proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas.
- (C) serem criadas diretamente por lei específica, editada pelo ente criador.
- (D) a sujeição de seus servidores ao teto constitucional estabelecido no art. 37, XI da Constituição Federal.
- (E) a impenhorabilidade de seus bens.
-
39. Considera-se *apossamento administrativo*
- (A) o ato administrativo pelo qual se dá posse a um servidor público, em decorrência de um provimento de caráter originário.
- (B) o provimento jurisdicional pelo qual o juiz, no processo de desapropriação, concede à Administração a posse do bem expropriado.
- (C) o fato da administração, consistente na irregular apropriação de um bem de terceiro pelo Poder Público.
- (D) a medida de polícia, consistente na intervenção em obra cuja utilização está comprometendo a segurança ou a saúde da coletividade.
- (E) o ato administrativo unilateral pelo qual a Administração regulariza a posse de uma terra devoluta ocupada de forma tradicional e pacífica por um particular, que a explora de forma produtiva e consentânea à sua função social.
-
40. Sobre os prazos decadenciais e prescricionais, nos assuntos relacionados à Administração Pública, é INCORRETO afirmar:
- (A) A alegação de urgência, na desapropriação, obriga o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.
- (B) A prescrição para aplicação de sanções em face do ato de improbidade praticado por exercente de mandato, cargo em comissão ou função de confiança, ocorre após 5 (cinco) anos do término do exercício das respectivas funções.
- (C) O direito da Administração federal de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) A prescrição quinquenal (Decreto nº 20.910/32), uma vez interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
- (E) Declarado o interesse social, deve o Poder Público propor a ação de desapropriação no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do decreto declaratório.
-
- Direito de Pessoal e Previdenciário Público**
41. Com as modificações efetuadas a partir das Emendas Constitucionais nº 20/98 e nº 41/2003, a garantia do regime previdenciário próprio restringe-se aos servidores titulares de cargos
- (A) efetivos e aos titulares de cargo em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) efetivos e aos ocupantes de cargo temporário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) efetivos e aos empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) efetivos, aos titulares de cargo em comissão, aos ocupantes de cargo temporário e aos empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.



42. O texto permanente da Constituição Federal hoje em vigor admite a concessão de aposentadoria voluntária,
- (A) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, para o homem que completar 60 anos de idade e para a mulher que atingir 55 anos, ocupantes de cargo efetivo, independentemente do tempo de contribuição, desde que tenham cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
 - (B) com proventos integrais, para o homem que completar 65 anos de idade e para a mulher que atingir 60 anos, ocupantes de cargo efetivo, independentemente do tempo de contribuição, desde que tenham cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
 - (C) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, para o homem que completar 65 anos de idade e para a mulher que atingir 60 anos, ocupantes de cargo efetivo, independentemente do tempo de contribuição, desde que tenham cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
 - (D) com proventos integrais, para o homem que completar 60 anos de idade e para a mulher que atingir 55 anos, ocupantes de cargo efetivo, independentemente do tempo de contribuição, desde que tenham cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
 - (E) independentemente do tempo de contribuição, a concessão de aposentadoria voluntária para o homem que completar 60 anos de idade e para a mulher que atingir 55 anos, ocupantes de cargo efetivo.
43. De acordo com as regras constitucionais aplicáveis às pensões por morte de servidor o valor corresponderá
- (A) à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que ocorrer o falecimento ou à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Se a remuneração ou os proventos até então percebidos superarem esse limite, este será acrescido de 70% da parcela que o exceder.
 - (B) a 70% da remuneração no cargo efetivo em que ocorrer o falecimento ou a 70% do valor dos proventos do servidor falecido.
 - (C) a 80% da remuneração no cargo efetivo em que ocorrer o falecimento ou a 80% do valor dos proventos do servidor falecido.
 - (D) ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social independente da quantia paga a título de remuneração ou de proventos.
 - (E) à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que ocorrer o falecimento ou à totalidade dos proventos do servidor falecido independente da quantia paga ao servidor ou ao aposentado.
44. O teto remuneratório constitucionalmente previsto para o Procurador do Estado corresponde
- (A) aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais.
 - (B) ao subsídio do Governador.
 - (C) a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, do Chefe do Poder Executivo Estadual.
 - (D) a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF.
 - (E) a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Deputados Estaduais e Distritais.
45. O texto permanente da Constituição Federal hoje em vigor
- (A) garante o pagamento de abono de permanência para os servidores que, havendo satisfeito os requisitos para se aposentarem, optem por permanecer em atividade.
 - (B) admite a readaptação do servidor cuja demissão tenha sido invalidada por sentença judicial.
 - (C) garante a estabilidade dos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo após dois anos de efetivo exercício.
 - (D) admite, para efeitos de aposentadoria do servidor, a contagem fictícia de tempo de serviço.
 - (E) impede que o servidor em disponibilidade exerça outra função remunerada.
-
- Direito Ambiental**
46. Considere as seguintes assertivas:
- I. É competência privativa da União legislar sobre responsabilidade civil ambiental.
 - II. Os bens ambientais de uso comum do povo são de titularidade pública.
 - III. A instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação ambiental exige estudo prévio de impacto ambiental.
 - IV. A desafetação de Unidade de Conservação de categoria Reserva Legal depende de lei.
 - V. A responsabilidade penal da pessoa jurídica no direito ambiental está prevista em legislação ordinária, não tendo previsão constitucional.
- Com base na Constituição Federal e demais legislações ambientais, é INCORRETO o que se afirma em
- (A) IV, apenas.
 - (B) I, IV e V, apenas.
 - (C) I, II, III, e V, apenas.
 - (D) I, II, IV e V, apenas.
 - (E) I, II, III, IV e V.
-
47. Nos termos do Código Florestal, NÃO são consideradas de utilidade pública ou interesse social as
- (A) obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte.
 - (B) atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas em qualquer propriedade rural, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área.
 - (C) atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa.
 - (D) obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços de telecomunicações.
 - (E) obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de energia.



<p>48. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. As Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em três grupos: Unidades de Proteção Integral, Unidades de Uso Sustentável e Unidades de Preservação Permanente.</p> <p>II. As áreas de reserva legal são consideradas áreas públicas para fins turísticos.</p> <p>III. As Unidades de Conservação podem ser criadas por ato do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.</p> <p>IV. Novas categorias de Unidade de Conservação Estaduais não previstas na Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, poderão passar a fazer parte deste sistema, desde que tal seja autorizado pelo CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.</p> <p>V. Todas as Unidades de Conservação, sem exceções, devem dispor de um plano de manejo.</p> <p>Com base na legislação ambiental está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) III e V. (B) III. (C) III, IV e V. (D) I, IV e V. (E) III e IV.</p>	<p>51. Partindo das definições de “compensação ambiental” e “mitigação ambiental” e da legislação que as regulamentam, é correto afirmar que</p> <p>(A) os recursos obtidos com a compensação ambiental devem ser utilizados para recompor os bens ambientais lesados pela obra licenciada.</p> <p>(B) o valor devido a título de compensação nunca será inferior a 0,5% dos custos totais da implantação do empreendimento.</p> <p>(C) o valor devido a título de mitigação ambiental nunca será superior a 0,5% dos custos totais da implantação do empreendimento.</p> <p>(D) cabe ao órgão ambiental definir as Unidades de Conservação que serão beneficiadas com recursos da compensação ambiental.</p> <p>(E) quando se tratar de empreendimento com significativo impacto ambiental, a compensação poderá ser dispensada pelo órgão licenciador se o empreendedor tomou todas as medidas mitigadoras cabíveis.</p>
<p>49. A respeito da responsabilidade por danos ambientais materiais, é correto afirmar que</p> <p>(A) a responsabilidade civil não será elidida com a reparação do dano ambiental.</p> <p>(B) a responsabilidade penal, civil e administrativa decorre de culpa.</p> <p>(C) mesmo após o pagamento de multa imposta pela administração pública resta o dever do infrator de reparar o dano.</p> <p>(D) o administrador de uma pessoa jurídica nunca responde penalmente pelos danos causados pela empresa.</p> <p>(E) o autor de um crime contra a administração ambiental só pode ser funcionário público.</p>	<p>52. Diante da notícia de derramamento de petróleo em estuário foi instaurado inquérito civil público para fins investigatórios. Com base na legislação que regulamenta o tema,</p> <p>(A) o IBAMA pode instaurar inquérito civil em razão de deter poder de polícia sancionatório.</p> <p>(B) a instauração do inquérito civil é imprescindível para o ajuizamento de Ação Civil Pública.</p> <p>(C) no inquérito civil deve ser garantido ao particular o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>(D) o Promotor de Justiça que instaurou o inquérito civil pode arquivá-lo, se concluir pela ausência de responsabilidade, estando seu ato sujeito a homologação ou rejeição pelo Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) a assinatura de termo de ajustamento de conduta por um dos legitimados públicos para intentar a Ação Civil Pública dependerá de concordância prévia do Ministério Público.</p>
<p>50. Em relação ao tema do licenciamento ambiental, é correto afirmar que</p> <p>(A) uma licença de operação concedida pela administração pública não pode ser cancelada, pois já produziu seus efeitos.</p> <p>(B) a elaboração do termo de referência para preparação do pedido de licença pelo empreendedor é de responsabilidade do órgão licenciador.</p> <p>(C) a realização de audiência pública é condição necessária para expedição de qualquer licença.</p> <p>(D) um empreendimento pode ser licenciado em mais de um nível de competência, a depender da extensão do dano.</p> <p>(E) somente o ente federado licenciador pode fiscalizar e aplicar sanções administrativas em relação ao empreendimento licenciado.</p>	<p>53. Nos termos da Lei Estadual nº 547/93, NÃO compete ao CONSEPA – Conselho Estadual de Política Ambiental</p> <p>(A) propor a criação de Unidade de Conservação no âmbito do Estado.</p> <p>(B) o reexame de processos relativos ao deferimento ou indeferimento das licenças ambientais.</p> <p>(C) apreciar estudos de impacto ambiental.</p> <p>(D) baixar normas e procedimentos administrativos, decorrentes do exercício do poder de polícia em matéria ambiental.</p> <p>(E) estabelecer diretrizes para a utilização dos recursos naturais.</p> <p>54. Em relação ao Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia, regulamentado pela Lei Complementar nº 233/2000, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é o principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado.</p> <p>(B) os limites das Zonas somente podem ser alterados após decorridos 10 anos da vigência da referida Lei Complementar.</p> <p>(C) o acesso a linhas de crédito oficiais devem estar em consonância com as diretrizes do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.</p> <p>(D) as alterações dos limites de abrangência das Zonas e Subzonas dependem de aprovação por meio de processo legislativo de iniciativa do Poder Executivo.</p> <p>(E) para a implantação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico foram estabelecidas 03 (três) Zonas e 9 (nove) Subzonas.</p>



55. Tratando-se de Ação Civil Pública Ambiental é INCORRETO afirmar que

- (A) a Procuradoria-Geral de Rondônia tem legitimidade para ser autora de tal espécie de ação civil pública.
- (B) as ações serão propostas no local em que ocorreu o dano.
- (C) a sentença civil terá efeito *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de prova.
- (D) os recursos tem como regra efeito devolutivo, porém o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos mesmos.
- (E) o Ministério Público atuará em todas as ações desta natureza.

Direito Tributário

56. Sr. Gabriel Khalil possuía o seguinte patrimônio: um apartamento onde residia em Rondônia (RO); uma aplicação na caderneta de poupança em agência bancária situada na Cidade de São Paulo (SP); um imóvel comercial no Rio de Janeiro (RJ); e uma fazenda no Mato Grosso (MT). Em viagem de turismo em Minas Gerais (MG) veio a falecer naquele estado. Aberta a sucessão, seu inventário tramita na Justiça de Rondônia, local de seu domicílio. De acordo com as normas da Constituição Federal, será cabível o

- (A) ITCMD, devido exclusivamente para o estado no qual o *de cuius* faleceu.
- (B) ITBI, devido ao estado em que se processar o inventário.
- (C) ITCMD, pertencente ao estado RO sobre o imóvel residencial e aplicação financeira em SP; ao estado RJ sobre o imóvel comercial; e ao estado do MT em relação à fazenda.
- (D) ITCMD, devido aos estados RO, SP, RJ e MT, partilhado *pro rata* conforme o valor total do patrimônio do *de cuius*.
- (E) ITBI sobre os bens imóveis, havendo a incidência do ITCMD sobre os valores de aplicações financeiras.

57. O Sindicato Patronal das Indústrias do Setor de Plásticos e Derivados, alegando como argumento o fato de constituir-se como sindicato, requereu imunidade constitucional tributária abrangendo a totalidade de seu patrimônio, renda e serviços. Com relação ao pleito e fundamentação apresentada,

- (A) aplica-se a imunidade tributária exclusivamente ao patrimônio do sindicato patronal.
- (B) aplica-se a imunidade exclusivamente para os serviços, em função do princípio da imunidade recíproca.
- (C) aplica-se a imunidade integral, abrangendo inclusive, taxas e contribuições, em razão da finalidade da entidade.
- (D) não se aplica a imunidade por se tratar de sindicato patronal.
- (E) não se aplica a imunidade, que é restrita, exclusivamente, aos templos de qualquer culto, às entidades de assistência social sem fins lucrativos e aos livros, jornais e periódicos.

58. Empresa CÉU AZUL realizou a devida apuração do ICMS incidente nas suas operações, efetuou toda a escrituração fiscal, bem como promoveu a regular entrega de suas declarações ao Fisco Estadual. Entretanto, embora venha adotando tal conduta regular, com habitualidade, por falta de recursos financeiros não vem provendo o recolhimento do ICMS. Com o fechamento de um grande contrato com um cliente e o ingresso de receitas, pretende promover a quitação dos valores em atraso, requerendo o benefício denominado "denúncia espontânea". O referido benefício

- (A) é cabível uma vez que resta presente a boa-fé do contribuinte.
- (B) é cabível, uma vez que será promovido o pagamento parcial do tributo.
- (C) não é cabível, uma vez que este benefício se aplica apenas aos tributos federais.
- (D) não é cabível uma vez que o contribuinte já havia promovido o lançamento/declaração do tributo devido.
- (E) é cabível, uma vez que a legislação adota a redução sempre que o contribuinte pretende regularizar sua situação.

59. Sr. Jorge, empresário do setor de calçados promove a importação de um veículo esportivo de luxo, proveniente da Itália, que será de sua utilização pessoal e exclusiva, sendo que todo processo fiscal de importação foi realizado em seu nome. Diante dessa operação, o ICMS

- (A) será devido, ainda que o adquirente não seja contribuinte habitual do ICMS.
- (B) não será devido, uma vez que o adquirente (pessoa física) não é contribuinte do ICMS, não realizando a aquisição do veículo com habitualidade.
- (C) não será devido, uma vez que o veículo está sendo adquirido para uso pessoal e exclusivo, não sendo destinado à revenda ou locação.
- (D) será devido em razão do princípio da capacidade contributiva por se tratar de artigo de luxo.
- (E) será devido, uma vez que o adquirente é proprietário de empresa comercial, sendo esta contribuinte do ICMS.

60. Em 2010 foi editada lei estadual em relação ao IPVA para 2011, observando todos os princípios constitucionais, sendo constatado, entretanto, a ausência normativa com relação ao prazo de vencimento. Diante de tal cenário, a Secretaria da Fazenda resolve encaminhar o carnê para pagamento do IPVA, com vencimento para 45 dias após a data da efetiva notificação do lançamento. O procedimento adotado pela Secretaria está

- (A) incorreto, uma vez que deveria observar o princípio da anterioridade nonagesimal entre o lançamento e o vencimento do tributo.
- (B) correto, considerando que o Código Tributário Nacional estabelece o prazo de vencimento de 30 dias da notificação do lançamento, na ausência de disposição legal.
- (C) incorreto, na medida em que o prazo legal de vencimento deve estar previsto em lei complementar.
- (D) correto, por se tratar de poder discionário do sujeito ativo de relação jurídico-tributário.
- (E) correto, tendo como fundamento o prazo de vigência das leis, prevista na Lei de Introdução ao Código Civil, atual Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.



61. De acordo com o Código Tributário Nacional são modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:
- moratória, depósito judicial integral e prescrição.
 - parcelamento, pagamento e compensação.
 - medida liminar, transação e parcelamento.
 - anistia, moratória e recurso administrativo.
 - concessão de medida liminar ou tutela antecipada e depósito do montante integral.
-
62. Nos termos do Código Tributário Nacional, a isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições
- não pode ser revogada a qualquer tempo.
 - somente pode ser revogada após o prazo decadencial de 5 anos.
 - pode ser revogada a qualquer momento, na medida em que a isenção é mera faculdade do sujeito ativo, não se confundindo com a imunidade.
 - pode ser revogada, desde que observado o prazo de 90 dias, em respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.
 - não pode ser revogada porque não existe a possibilidade de concessão de isenção por prazo determinado.
-
63. Empresa NEW CO ingressou com Mandado de Segurança preventivo, versando sobre ICMS, com o objetivo de assegurar a não incidência do referido tributo em suas operações. Na petição inicial requereu a concessão de medida liminar com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário, a qual foi deferida. Com isso, a empresa não vem promovendo nenhum recolhimento ou depósito judicial. Diante desse cenário, a fiscalização fazendária estadual
- estará impedida de lavrar auto de infração para constituir o crédito tributário em razão da medida liminar deferida.
 - não estará impedida de lavrar auto de infração, que terá apenas o condão de promover o lançamento do tributo questionado judicialmente.
 - estará impedida de lavrar auto de infração, uma vez que o processo não transitou em julgado.
 - não estará impedida de lavrar o auto, podendo, inclusive, promover a execução total do crédito tributário, até a sua efetiva satisfação.
 - poderá apenas notificar a empresa, requerendo que declare os valores discutidos em juízo.
-
64. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de cinco anos, sendo que ocorre a interrupção do referido prazo, segundo o Código Tributário Nacional, desde
- a notificação do lançamento tributário ao contribuinte.
 - a penhora dos bens pelo devedor.
 - a inscrição do tributo na dívida ativa pelo ente tributante.
 - o julgamento em 1ª instância do recurso administrativo.
 - o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
-
65. Em 15/08/2008 a empresa "ASSEM TOS" realizou a venda de 300 cadeiras executivas, sendo que não declarou tal operação à Fazenda Estadual e, tampouco promoveu o recolhimento do ICMS sobre a referida operação. Em 23/10/2009 teve início fiscalização tributária estadual na empresa, sendo que em 25/03/2010 foi lavrado o auto de infração, promovendo o lançamento sobre a mencionada operação. Em análise à legislação tributária, constata-se que a alíquota de ICMS incidente sobre tais operações sofreu variações, sendo de 12% para o ano de 2008; 17% para o ano de 2009 e 7% para o ano de 2010. Com base em tais informações, a imposição tributária deve se dar com a aplicação da alíquota de
- 12%, adotando-se por base a data do fato gerador.
 - 17%, considerando a data do início de fiscalização, após a qual não se admite a denúncia espontânea.
 - 7%, uma vez que o efetivo lançamento tributário ocorreu em 2010, com o auto de infração.
 - 17%, uma vez que a sonegação praticada pelo contribuinte impõe a adoção da alíquota mais elevada.
 - 7% em função do princípio da retroatividade benéfica em matéria tributária.
-
- Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho**
66. Nos termos da Constituição Federal, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,
- o décimo terceiro salário com base na remuneração proporcional ou no valor da aposentadoria.
 - o seguro-desemprego, em caso de pedido de demissão.
 - o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
 - a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e cinquenta dias.
 - o adicional de penosidade, se a atividade exercida pelo empregado suscitar esforços físicos acima dos padrões médios tolerados, com adicional de 30% sobre o salário contratual.
-
67. Em relação aos princípios do Direito do Trabalho, é INCORRETO afirmar:
- O princípio da aplicação da norma mais favorável aplica-se da seguinte forma: havendo normas válidas incidentes sobre a relação de emprego, deve-se aplicar aquela mais benéfica ao trabalhador.
 - O princípio da continuidade da relação de emprego tem como finalidade a preservação do contrato de trabalho, de modo que haja presunção de que este seja por prazo indeterminado, permitindo-se a contratação por prazo certo apenas como exceção.
 - O princípio da primazia da realidade indica que os fatos reais devem prevalecer sobre os documentos assinados pelo empregado.
 - O princípio da irrenunciabilidade significa a não admissão, em tese, que o empregado abra mão de seus direitos trabalhistas, em grande parte imantados de indisponibilidade absoluta.
 - O princípio protetor é representado pela tríplice vertente: *in dubio pro societate*, a aplicação da norma mais favorável e a condição mais benéfica.



<p>68. Sobre as organizações sindicais, é correto afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) a lei poderá exigir autorização do Estado para fundação do sindicato.(B) para os integrantes da categoria diferenciada, a filiação ao sindicato representativo da categoria é compulsória.(C) cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.(D) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.(E) é faculdade a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.	<p>71. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, EXCETO:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) as ações possessórias que decorram do exercício do direito de greve.(B) as ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho que decorram da relação de trabalho contra o empregador e/ou Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).(C) os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.(D) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.(E) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
<p>69. Em relação às disposições legais trabalhistas sobre o trabalho da mulher é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.(B) As empresas com mais de cem empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento profissional de mão de obra.(C) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.(D) Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 25 (vinte e cinco) quilos, para o trabalho contínuo, ou 20 (vinte) quilos, para o trabalho ocasional.(E) A pessoa jurídica poderá associar-se a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos de incentivo ao trabalho da mulher.	<p>72. Sobre as provas no processo do trabalho, como regra, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade.(B) No procedimento sumaríssimo trabalhista, as testemunhas são arroladas na peça inicial e na contestação, sob pena de preclusão.(C) A prova documental poderá ser ofertada juntamente com as alegações finais do processo.(D) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado.(E) A não apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual não pode ser elidida por prova em contrário.
<p>70. Em relação ao trabalho do menor é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Se a autoridade competente verificar que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.(B) Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízo de ordem física ou moral.(C) O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.(D) Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno, considerado, na área urbana ou rural, o que for executado no período compreendido entre as 20 (vinte) e as 5 (cinco) horas.(E) Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que dois quilômetros e que ocuparem, permanentemente, mais de trinta menores analfabetos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.	<p>73. Sobre os embargos de declaração no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) São cabíveis nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.(B) É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.(C) Quando os litisconsortes estiverem com procuradores diferentes, ser-lhes-ão contados em dobro o prazo dos embargos de declaração.(D) Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.(E) Considera-se pré-questionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.



<p>74. Nas reclamações trabalhistas envolvendo os empregados públicos e a Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) tem prazos em quádruplo para contestar e em dobro para os demais atos processuais.</p> <p>(B) a representação processual exige o instrumento de mandato para os procuradores estaduais e municipais, ficando dispensados os procuradores federais.</p> <p>(C) os recursos não têm efeito devolutivo.</p> <p>(D) quando condenada subsidiariamente, os juros de mora observarão o regramento específico para a Fazenda Pública, sendo de 0,5% ao mês.</p> <p>(E) em dissídios individuais, as decisões que estiverem com consonância com as orientações jurisprudenciais do TST, não estão sujeitas à remessa obrigatória.</p>	<p>78. O artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) veda a assunção de obrigação de despesa nos dois quadrimestres anteriores ao término do mandato eletivo, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, sem que haja disponibilidade financeira para esse efeito. Isso significa que</p> <p>(A) as obras em andamento devem ser paralisadas.</p> <p>(B) fica vedada a contratação de quaisquer empréstimos.</p> <p>(C) não se admite a inscrição de restos a pagar das despesas processadas e liquidadas.</p> <p>(D) somente podem ser contratados serviços de natureza essencial.</p> <p>(E) são permitidas contratações quando o saldo de caixa projetado para o final do exercício for suficiente para cobrir as parcelas empenhadas.</p>
<p>75. Assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado.</p> <p>(B) Na audiência, é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente.</p> <p>(C) Na audiência inicial, não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.</p> <p>(D) O não comparecimento do reclamante ou do reclamado à audiência inicial importa o arquivamento da reclamação.</p> <p>(E) No procedimento sumaríssimo, não se fará a citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.</p>	<p>79. São considerados instrumentos de política industrial para fomentar o setor produtivo</p> <p>(A) o aumento da concorrência de mercado pelo combate a cartéis e o tabelamento de juros.</p> <p>(B) a redução geral da carga tributária e a liberalização do comércio internacional.</p> <p>(C) os incentivos a inovação tecnológica e a oferta de financiamento de longo prazo por bancos oficiais.</p> <p>(D) a quebra de patentes farmacêuticas para viabilizar a universalização dos serviços públicos de saúde.</p> <p>(E) o controle dos gastos públicos e a facilitação da importação de bens de consumo.</p>
<p>Direito Financeiro, Econômico e Empresarial Público</p> <p>76. O Plano Plurianual tem por objetivo</p> <p>(A) definir projetos de investimento e ações governamentais de duração continuada.</p> <p>(B) antecipar alterações na legislação tributária para aumento de receitas.</p> <p>(C) identificar passivos contingentes que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.</p> <p>(D) estimar a receita e fixar a despesa para o período de quatro anos.</p> <p>(E) planejar as políticas fiscal e monetária, incluindo a fixação de metas de inflação e superávit primário.</p> <p>77. Que setor de atividade gera mais externalidades positivas?</p> <p>(A) Extração de petróleo em águas profundas.</p> <p>(B) Saneamento básico.</p> <p>(C) Mineração.</p> <p>(D) Indústria automobilística.</p> <p>(E) Mercado financeiro.</p>	<p>80. O Governo do Estado é controlador de uma sociedade de economia mista com ações negociadas em bolsa de valores, que atua no setor de distribuição de energia elétrica. Na assembleia geral de acionistas, o Governo do Estado deliberou a cobrança de tarifas inferiores às autorizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Em que circunstâncias essa decisão pode ser considerada legítima?</p> <p>(A) Em nenhuma, pois isso caracteriza abuso de poder de controle do Estado em prejuízo dos acionistas privados.</p> <p>(B) Somente se houver manifestação favorável do conselho de administração e o Estado compensar financeiramente a companhia controlada pela frustração das receitas.</p> <p>(C) Na medida em que a companhia continue apurando lucro contábil, consiga pagar suas dívidas e a cotação de suas ações na bolsa de valores não sofra desvalorização superior a 10% (dez por cento).</p> <p>(D) Desde que a contenção tarifária tenha por objetivo implementar políticas públicas compreendidas no objeto social e seja preservada a sustentabilidade financeira da companhia no longo prazo.</p> <p>(E) Se contar com a aprovação da maioria absoluta dos acionistas minoritários reunidos em assembleia especial e beneficiar indistintamente consumidores industriais e residenciais.</p>



Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 81 a 88 baseiam-se no texto abaixo.

A periodização da História, especialmente quando escalonada em séculos, é um artifício para se delimitar, de algum modo, a passagem do tempo. Assim, o historiador Eric Hobsbawm chamou de curto o século XX porque, a rigor, o corte inicial, segundo ele, data de 1914, com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, e o corte final ocorre em 1991, com o colapso da União Soviética.

Tomando como ponto de partida essa cronologia e com a vantagem da visão retrospectiva, podemos afirmar, em poucas palavras, que o século XX foi marcado pela tragédia. Morticínio provocado por duas grandes guerras, emergência dos totalitarismos na Rússia, na Itália e na Alemanha, massacre dos judeus, ciganos, "deficientes" físicos ou mentais pela horda nazista. [...]

Viremos a página para encarar o adolescente século XXI, com pouco mais de 11 anos de existência. Quase 90 anos cobertos de neblina surgem diante de nós, ou melhor, das novas gerações, pois muito poucos dos vivos de hoje permanecerão vivos na próxima virada do século.

Nos dias que correm, Clio já nos preparou uma surpresa. Quem poderia prever as revoltas dos povos árabes, estendendo-se dos países do Golfo Pérsico à Argélia, no norte da África? Certamente essas revoltas terão desfecho diverso e algumas delas poderão fracassar, como é o caso da Líbia. Mas elas vêm demonstrando a inconsistência da afirmação, tantas vezes repetida, de que a cultura dos povos árabes é incompatível com a democracia.*

Certamente o ritmo da evolução democrática do mundo ocidental, apesar das ameaças crescentes ao direito das minorias, com fortes traços de xenofobia, não se compara com o quadro existente no Oriente Médio. Mas o fato é que pelo menos uma parcela dos manifestantes dos dias de hoje, além de buscar emprego e uma vida decente, luta pelo direito à livre expressão – um direito que passa pela derrubada de ditadores e tiranos. [...]

Estamos hoje longe da crença religiosa nas leis da História e abertos a admitir o imprevisível. Aos nossos olhos, o processo histórico continua a ser um processo, mas menos codificado, mais cheio de surpresas, o que o torna mais atraente.

*Clio – musa grega da História.

(Boris Fausto. **O Estado de S. Paulo, Aliás**, J6, 20 de março de 2011, com adaptações)

81. A afirmativa correta, de acordo com o texto, é:

- (A) O *adolescente século XXI* parece estar se transformando em um século a ser marcado por acontecimentos mais previsíveis do que o anterior, em que pese o anseio popular por regimes democráticos em todo o mundo árabe.
- (B) A opinião de que *muito poucos dos vivos de hoje permanecerão vivos na próxima virada do século* parece justificar uma aparente despreocupação do autor com o destino das populações do mundo árabe.
- (C) Comparando-se o *ritmo da evolução democrática do mundo ocidental* com o que ocorre no *Oriente Médio*, há coerência no aparecimento, em um e noutro, de manifestações de xenofobia e de não aceitação das minorias.
- (D) A referência às *revoltas dos povos árabes* constitui um recurso de argumentação que respalda a contestação da visão geral de que o mundo árabe *é incompatível com a democracia*.
- (E) A cronologia do século XX, proposta por Eric Hobsbawm, dificulta uma visão mais ampla e uma análise mais rigorosa dos acontecimentos trágicos que se sucederam, em especial, a *emergência* de regimes totalitários em várias nações.

82. Está correta a afirmativa de que o autor, no último parágrafo,

- (A) contesta, de certa forma, o que diz no início sobre a *periodização da História* como *um artifício para se delimitar, de algum modo, a passagem do tempo*.
- (B) confirma, de modo incontestado, a opinião do historiador Eric Hobsbawm, que *chamou de curto o século XX*, delimitando-o entre 1914 e 1991.
- (C) conclui de modo coerente a explanação que se segue à convicção de que *Clio já nos preparou uma surpresa*, ao considerar fatos históricos recentes.
- (D) aceita a *crença religiosa nas leis da História*, ainda que considere a imprevisibilidade de eventuais ocorrências no processo histórico.
- (E) alude às dificuldades em analisar adequadamente os acontecimentos que vêm marcando o século XXI, sem a *vantagem da visão retrospectiva*.

83. Considerando-se o 4º parágrafo, é INCORRETO afirmar:

- (A) A oração *estendendo-se dos países do Golfo Pérsico à Argélia* terá o mesmo sentido se for transformada em: **dos quais a insatisfação campeia pelos países do Golfo Pérsico e da Argélia**.
- (B) A frase interrogativa *Quem poderia prever as revoltas dos povos árabes ...?* pressupõe resposta inequivocamente negativa.
- (C) As vírgulas que isolam, no último período, o segmento *tantas vezes repetida* podem ser retiradas sem prejuízo da correção e do sentido original.
- (D) A relação sintática entre os dois períodos finais é estabelecida por meio de oposição.
- (E) A oração *de que a cultura dos povos árabes é incompatível com a democracia* articula-se sintaticamente como complemento nominal da palavra *afirmação*.



84. *Morticínio provocado por duas grandes guerras, emergência dos totalitarismos na Rússia, na Itália e na Alemanha, massacre dos judeus, ciganos, "deficientes" físicos ou mentais pela horda nazista.* (2º parágrafo)

O trecho reproduzido acima se constitui como

- (A) segmento desarticulado no contexto, sem relação sintático-semântica com o período anterior, fato que compromete a coesão textual.
- (B) enumeração de fatos históricos que ilustram a visão de que o século XX foi marcado por tragédias.
- (C) citação de fatos que determinaram o final antecipado, cronologicamente, do século XX.
- (D) introdução, apenas por ênfase, de elementos desnecessários no contexto, por se tratar de redundância em relação à afirmativa anterior.
- (E) comentário pessoal, com viés pejorativo, assinalado pelo emprego de aspas em uma das palavras e pelo uso do substantivo *horda*.

85. O segmento em que se observa relação sintático-semântica entre uma constatação e a razão que a determina, nessa ordem, é:

- (A) *Assim, o historiador Eric Hobsbawm chamou de curto o século XX porque, a rigor, o corte inicial, segundo ele, data de 1914, com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, e o corte final ocorre em 1991, com o colapso da União Soviética.*
- (B) *Tomando como ponto de partida essa cronologia e com a vantagem da visão retrospectiva, podemos afirmar, em poucas palavras, que o século XX foi marcado pela tragédia.*
- (C) *Viremos a página para encarar o adolescente século XXI, com pouco mais de 11 anos de existência.*
- (D) *Certamente o ritmo da evolução democrática do mundo ocidental, apesar das ameaças crescentes ao direito das minorias, [...] não se compara com o quadro existente no Oriente Médio.*
- (E) *Aos nossos olhos, o processo histórico continua a ser um processo, mas menos codificado, mais cheio de surpresas, o que o torna mais atraente.*

86. O verbo que poderia ter sido também corretamente empregado **no plural** está grifado na frase:

- (A) *A periodização da História, especialmente quando escalonada em séculos, é um artifício para se delimitar ...*
- (B) *Quem poderia prever as revoltas dos povos árabes ...?*
- (C) *... o ritmo da evolução democrática do mundo ocidental, apesar das ameaças crescentes ao direito das minorias [...] não se compara com o quadro existente no Oriente Médio.*
- (D) *... mais cheio de surpresas, o que o torna mais atraente.*
- (E) *Mas o fato é que pelo menos uma parcela dos manifestantes dos dias de hoje [...] luta pelo direito à livre expressão ...*

87. – um direito que passa pela derrubada de ditadores e tiranos. (5º parágrafo)

O verbo de mesma regência que o verbo **passar** na frase acima está grifado na frase:

- (A) Com apenas uma década, o século XXI exibe inúmeras incertezas quanto às possíveis consequências dos acontecimentos históricos.
- (B) A conquista de direitos civis importa em informações livres e imparciais a respeito dos fatos que marcam a vida quotidiana, principalmente na área da política.
- (C) A violência contra os direitos das minorias observada durante o século XX mouve defensores dos direitos humanos em todo o mundo.
- (D) A importância de certos fatos históricos transpõe, muitas vezes, os limites estabelecidos por uma cronologia tradicionalmente aceita.
- (E) A proximidade dos fatos históricos nem sempre favorece uma avaliação exata e imparcial do que ocorre ao nosso redor.

88. *Certamente o ritmo da evolução democrática do mundo ocidental, apesar das ameaças crescentes ao direito das minorias, com fortes traços de xenofobia, não se compara com o quadro existente no Oriente Médio.*

Uma nova redação clara e correta para o segmento acima, sem alteração do sentido original, está em:

- (A) Com certeza o ritmo da evolução da democracia do mundo ocidental, conquanto com as ameaças crescentes ao direito das minorias, que apresenta fortes traços de xenofobia, não é possível comparar ao quadro no Oriente Médio.
- (B) O quadro que existe no Oriente Médio, com certeza não está no ritmo da evolução democrática do mundo ocidental, aonde se observa ameaças crescentes ao direito das minorias, com acentuados traços de xenofobia.
- (C) O ritmo da evolução do quadro existente no Oriente Médio sem dúvida vem a ser o da evolução democrática do mundo ocidental, tendo em vista as ameaças crescentes ao direito das minorias, com fortes traços de xenofobia nesse mundo.
- (D) Ainda que haja, marcadas por fortes traços de xenofobia, ameaças crescentes ao direito das minorias, o ritmo da evolução democrática do mundo ocidental não é comparável ao que se observa no Oriente Médio.
- (E) Os traços de xenofobia no mundo ocidental, com ameaças que crescem ao direito das minorias, não se compara com o quadro existente no Oriente Médio, com o ritmo da evolução democrática nessa região.



Atenção: As questões de números 89 e 90 baseiam-se no poema abaixo.

Jardim interior

*Todos os jardins deviam ser fechados,
Com altos muros de um cinza muito pálido,
onde uma fonte
pudesse cantar
sozinha
entre o vermelho dos cravos.
O que mata um jardim não é mesmo
alguma ausência nem o abandono ...
O que mata um jardim é esse olhar vazio
de quem por eles passa indiferente.*

(Mario Quintana. **A cor do invisível**, in **Poesia completa**, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. único, p. 858)

89. Considere as afirmativas seguintes:

- I. O jardim onde há vida e beleza constitui uma imagem que contrasta com a habitual insensibilidade.
- II. Há paralelismo na construção dos quatro últimos versos do poema, com alternância entre negação e afirmação.
- III. Diante da indiferença que caracteriza as relações humanas, mais vale não haver jardins que, abandonados às condições da própria natureza, são obstáculos a quem passa por eles – diz o poeta.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

90. Considerando-se o emprego de pronomes no poema, é INCORRETO afirmar:

- (A) Em *Todos os jardins* há uma afirmativa categórica.
- (B) Em *alguma ausência* é possível perceber a existência de uma hipótese.
- (C) O pronome *quem*, no último verso, equivale a um substantivo.
- (D) São pronomes demonstrativos o *O* – que inicia os versos 7 e 9 – e *esse*, que antecede a expressão *olhar vazio*, no penúltimo verso.
- (E) A presença de *onde* (verso 3) e de *mesmo* (verso 7) tenciona igualar todos os jardins existentes, abrangendo-os em um único modelo.

Conhecimentos Gerais de História e Geografia de Rondônia

91. *Entre 1647 e 1651, o bandeirante Antonio Raposo Tavares realizou uma das maiores expedições geográficas da história, uma viagem de São Paulo a Belém, percorrendo mais de 5.000 km pelos sertões do continente americano. Essa expedição revelou acessos do sul do Brasil para a Amazônia e a importância do Rio Madeira e sua ligação com os altiplanos andinos.*

(<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/en.php>)

Devido à posição estratégica, a Coroa portuguesa determinou a ocupação do vale do rio Madeira, entre outros, por

- (A) mamelucos, nascidos no sertão nordestino, que buscavam fazer fortuna explorando escravos alforriados.
- (B) indígenas já catequizados que fugiam da escravidão a que eram submetidos no Centro-Sul.
- (C) bandeirantes enriquecidos com a exploração de ouro na região das Minas Gerais e do Mato Grosso.
- (D) missionários religiosos, considerados agentes importantes no processo de conversão e conquista.
- (E) aventureiros sulinos que não se adaptavam à vida nas estâncias onde predominava a pecuária de corte.

92. Na região do Guaporé, durante o período colonial, a sociedade era comandada por uma elite branca que

- (A) era escravista e controlava as minas e lavras e ainda os altos cargos da administração pública.
- (B) dominava as atividades agropastoris com o objetivo de dominar os mercados da Amazônia oriental.
- (C) mantinha sob seu domínio amplos seringais que eram explorados por escravos negros trazidos do Sul.
- (D) detinha o monopólio do comércio de manufaturados porque controlava as rotas fluviais Amazonas-Guaporé.
- (E) explorava a mão de obra indígena porque se recusava a importar escravos negros do Nordeste.

93. Considere as afirmações sobre a Ferrovia Madeira-Mamoré:

- I. Ainda no período imperial já existiam estudos com o objetivo de construir uma estrada de ferro na região do rio Madeira.
- II. Os primeiros materiais para a construção da ferrovia e o primeiro grupo de engenheiros, que permaneceram na região apenas dois anos, eram franceses.
- III. Somente em 1903, com o Tratado de Petrópolis, o governo brasileiro obrigou-se a construir a ferrovia que funcionou deficitária por várias décadas.
- IV. Ao final do governo JK foi anunciado o fechamento da ferrovia e o início da construção da BR-364.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



94. No século XIX, o primeiro ciclo da borracha, em território rondoniense,
- (A) possibilitou o adensamento dos núcleos de povoamento tanto nos vales dos rios quanto nas áreas elevadas da Chapada dos Parecis.
 - (B) foi elemento gerador de riquezas que tornaram esta parte da Amazônia ocidental atrativa para imigrantes europeus.
 - (C) atraiu basicamente nordestinos e bolivianos para o trabalho nos seringais, mas não gerou grandes núcleos de povoamento.
 - (D) concentrou o povoamento na porção centro-oriental do território, criando forte contraste com o restante do espaço rondoniense.
 - (E) contribuiu para a formação da estrutura demográfica que viria a se consolidar em meados do século XX.

95. A criação do Território Federal do Guaporé, em 13/09/1943, atendeu a vários objetivos do governo de Getúlio Vargas dentre os quais destaca-se
- (A) o redirecionamento das políticas industriais até então centradas no Sudeste.
 - (B) a solução de problemas econômicos de Mato Grosso que cedeu sua porção norte para o novo território.
 - (C) a expansão territorial das atividades extrativas minerais, estratégicas devido ao contexto da Segunda Guerra.
 - (D) a delimitação exata da fronteira noroeste que desde o século XIX apresentava problemas de inexatidão.
 - (E) a proteção das regiões fronteiriças com fracas densidades demográficas.

96. *Localizado inteiramente na Amazônia Legal, o Estado de Rondônia enfrenta atualmente novos desafios relacionados à sustentabilidade das atividades econômicas, principalmente no que diz respeito à conservação da floresta amazônica.*

(<http://www.cpafrro.embrapa.br/portal/nucleo/floresta/>)

É correto afirmar que a floresta amazônica

- (A) caracteriza-se pela homogeneidade das espécies que a compõem, sobretudo em relação aos padrões de altura.
- (B) é formada predominantemente por vegetais tropófilos, fator fundamental para seu aspecto sempre verde.
- (C) é composta de várias espécies que têm em comum a xerofilia que lhes permitem viver em ambiente úmido.
- (D) recobre os solos com maior grau de fertilidade do estado, fato que contribui para seu progressivo desmatamento.
- (E) possui grande diversificação de espécies vegetais que apresentam maior altura nas áreas de terra firme.

97. No espaço rondoniense são encontradas inúmeras **unidades de conservação** que têm como um de seus objetivos
- (A) preservar a biodiversidade reduzindo os impactos ambientais promovidos pelas atividades antrópicas.
 - (B) manter as riquezas naturais inalteradas de modo que as gerações futuras possam usufruí-las.
 - (C) delimitar e controlar áreas florestais que devem ter seu uso restrito às pesquisas ecológicas.
 - (D) promover a exploração racional dos recursos restringindo o uso industrial dos bens da floresta.
 - (E) estabelecer o equilíbrio entre a intensidade do extrativismo vegetal e a demanda dos mercados.

98. Considere as seguintes afirmações sobre a organização do espaço de Rondônia a partir da segunda metade do século XX:

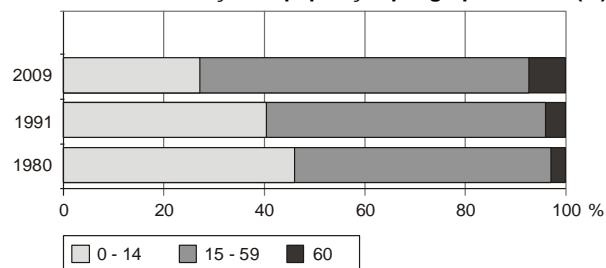
- I. A partir da década de 1970, a expansão da fronteira agrícola foi determinante para o desenvolvimento agropecuário no estado que apresentou aumento considerável no número de estabelecimentos agrícolas.
- II. O processo de ocupação humana do estado foi executado através dos Projetos de Colonização e de Assentamento Dirigido que se constituíram em atrativos para migrantes, sobretudo sulinos.
- III. A expansão do povoamento em Rondônia fez-se basicamente na zona rural e somente no início do ano 2000 a população urbana ultrapassou os 50%.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

99. A questão está relacionada ao gráfico abaixo.

RONDÔNIA: Distribuição da população por grupos etários (%)



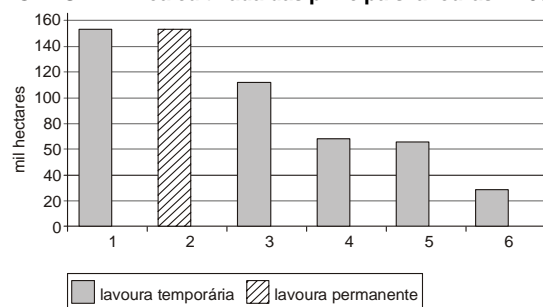
(IBGE)

A análise do gráfico e os conhecimentos sobre a população de Rondônia permitem concluir que no período mostrado no gráfico

- (A) a composição etária da população foi alterada pela redução do processo migratório.
- (B) mantiveram-se estáveis as taxas de natalidade e mortalidade.
- (C) a redução da população jovem está relacionada ao aumento da mortalidade infantil.
- (D) houve uma sensível ampliação da expectativa de vida da população.
- (E) a emigração de rondonienses para outros estados repercutiu na composição etária.

100. A questão está relacionada ao gráfico abaixo.

RONDÔNIA: Área cultivada das principais lavouras – 2009



(<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>)

As duas principais lavouras de Rondônia, indicadas pelos números 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) arroz e café.
- (B) milho e café.
- (C) soja e laranja.
- (D) cana-de-açúcar e cacau.
- (E) mandioca e laranja.